



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo Número	14105/2024
Data do Início	12/06/2024
Folha	15
Rubrica	

REF: Recurso da empresa SHELLY FERNANDA FIGUEIREDO SANT ANNA GROSSO referente ao Pregão Eletrônico 04/2024 - SRP.

À Procuradoria Geral do Município,

Sobre o recurso apresentado pela empresa **SHELLY FERNANDA FIGUEIREDO SANT ANNA GROSSO**, que considera imperfeita a decisão da pregoeira.

I – DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso encontra-se tempestivo na forma da lei.

II – DAS RAZÕES DO RECURSO

A empresa recorrente alega, resumidamente:

- Sua incorreta inabilitação.

III – DA ANÁLISE DAS RAZÕES APRESENTADAS

A recorrente afirma ter sido inabilitada de forma equivocada pelo pregoeiro, alegando que as falhas apontadas em sessão eram passíveis de saneamento, não devendo acarretar em sua desclassificação.

Em atenção a peça recursal em tela, vejamos.

Após empate no item 03, foi retornado à fase de lances para desempate, restando vencedora a empresa SHELLY FERNANDA, tendo sido convocada para o envio da proposta realinhada. Os documentos de habilitação foram analisados e esta Comissão observou que a empresa não atendeu integralmente o item B.1.2.2.1 do edital e não apresentou Certidão da Dívida Ativa Estadual conforme item C.3.b, também do edital, resultando inabilitada do certame.

Vamos aos pontos.

Referente ao balanço, a ora recorrente não cumpriu o item B.1.2.2.1, que segue:

“B.1.2.2.1 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.”

Registra-se que o balanço foi mal formulado e registrado de forma incorreta, visto que o contador já previu que o balanço somente terá o Capital Social em 31.12.2024, com validade até 31.12.2025 (em anexo).

Quanto ao item C.3.b, vejamos:

“C.3.b A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual.”

O protocolo ou solicitação de Certidão de Regularidade Fiscal PEDIDO N152067 de 14.05.2024 apresentado pela empresa, apenas demonstra que a mesma requereu um novo documento e, para fins de licitação, vale somente a Certidão da Dívida Ativa, que é o documento comprobatório da regularidade da empresa. Vejamos o artigo 64,

“Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.”

Ainda, registra-se que o pedido da certidão ocorreu no dia 14/05/2024 e o pregão teve início no dia 16/05/2024, tendo a inabilitação ocorrido no dia 17/05/2024. A solicitação de Certidão em seu texto (em anexo) é clara ao informar que o “prazo para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

emissão da certidão é de 10 dias”. O processo licitatório não tem como esperar até o dia 24/05/2024 sem ter a certeza de que o documento será emitido.

Já quanto às declarações, estas realmente se encontravam no sistema, tendo sido apontadas como faltantes de forma equivocada pelo pregoeiro. Contudo, independentemente do poder de autotutela conferido a esta Comissão para retroagir atos eivados de vício, a retroação baseada nesse tópico esbarraria novamente nas questões do balanço e da certidão de regularidade fiscal, mantendo assim a empresa inabilitada.

IV- DAS CONTRARRAZÕES

Transcorrido o prazo para contrarrazões, registra-se que nenhuma empresa apresentou a referida peça processual.

V – CONCLUSÃO

Mediante o exposto, e toda fundamentação narrada nos autos do processo, essa especializada opina pelo **INDEFERIMENTO** do presente recurso e o submetemos à apreciação desta D. Procuradoria, e após, à manifestação da Secretaria Requisitante.

Em 17/06/2024.

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Matr. 111.813

DE ACORDO

DJALMA ALVES DA SILVA
Pregoeiro